



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
quinta-feira • 22 de janeiro de 2015

MPE/SE requer bloqueio de verbas do município em favor do Cirurgia

Prefeitura de Aracaju afirma que ficou surpresa com o pedido e ressalta que problema do hospital é de má gestão

A Prefeitura de Aracaju (PMA) disse que tomou por surpresa a notícia publicada ontem no site do Ministério Público Estadual (MPE) de que este vai requerer "em caráter de urgência o bloqueio das verbas públicas do município de Aracaju, na ordem de R\$ 5.100,00 (cinco milhões e cem mil reais), para custear os serviços prestados pelo Hospital de Cirurgia". "É importante ressaltar que o problema do Hospital de Cirurgia não é financeiro somente, e sim de má gestão. A Justiça Federal já declarou em recente decisão que a Corte reconheceu a necessidade de avaliação prévia ao repasse destinado aos prestadores de serviços, acolhendo, assim, o entendimento do município de Aracaju.

“

Não existe débito que justifique o hospital estar parado”

Luciano Paz |
Secretário da SMS

A Secretaria Municipal de Saúde não está em débito com o Hospital de Cirurgia, mas sim cumprindo uma determinação do Ministério da Saúde, que é a Portaria 3410/2013", diz a PMA. O MPE requer que o valor bloqueado das verbas municipais seja transferido para conta bancária em juízo, em nome da Fundação de Beneficência Hospital de Cirurgia. O bloqueio das verbas deverá permanecer até que seja promovida a completa regularização dos serviços no Hospital.

• Pedido

O requerimento sobre os bloqueios das verbas públicas do município de Aracaju foi feito pelos promotores de Justiça dos Direitos à Saúde, Nilzir Soares Vieira Júnior, Fábio Viegas Mendonça de Araújo e Alex Maia Esmeraldo de Oliveira.

De acordo com o MPE, a medida emergencial está sendo pleiteada pelo órgão ministerial, porque o município de Aracaju vem descumprindo a ordem liminar concedida em 16 de agosto de 2013, que determinou que o município não interrompesse a oferta dos serviços nos Hospitais de Cirurgia e Santa Isabel, ambos contratados pela municipalidade.

O MPE diz que segundo informações prestadas por representantes do Hospital de Cirurgia, durante audiência pública realizada no último dia 16, na Promotoria da Saúde, o hospital paralisou serviços imprescindíveis, a exemplo da Unidade Vasculosa (UVA), referência para pacientes infartados e com problemas vasculares no Estado de Sergipe, por conta do não pagamento aos prestadores da unidade de saúde. Já que o município

estaria retendo, indevidamente, o pagamento dos serviços prestados desde setembro de 2014.

Diante da situação, o MPE lembrou ao Poder Judiciário que o município de Aracaju se qualificou no SUS como "Município de Gestão Plena" assumindo, portanto, a responsabilidade pela oferta das ações e serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade. Além disso, segundo o MPE, firmou, recentemente, novo contrato com o Hospital de Cirurgia, de tal modo que é responsável exclusivo pelos serviços ali executados, devendo, assim, arcar com o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

• Secretário

Em entrevista a uma emissora de rádio local, concedida ontem, o secretário em exercício da Saúde de Aracaju, Luciano Paz, esclareceu detalhes sobre a situação envolvendo as acusações de falta de pagamento ao Hospital de Cirurgia e também esclareceu medidas emergenciais que a Saúde de Aracaju vem tomando em relação ao assunto. Questionado até quando duraria o impasse do Hospital de Cirurgia para com a Prefeitura de Aracaju, Paz comunicou que na última segunda-feira, 19, foi feita uma notificação ao Hospital de Cirurgia, dando um prazo de cinco dias para a reabertura do serviço. "Não reconhecemos de forma alguma o débito que nos é imputado. Inclusive temos o termo da audiência realizada, com o corpo administrativo do Hospital de Cirurgia, na semana passada, onde os próprios admitem não saber com exatidão o valor desse suposto débito", disse.

Luciano frisou que não existe a dívida apontada pelo Hospital de Cirurgia e explicou que o que realmente está em aberto é uma "avaliação da prestação de conta", pois, no final do ano passado, o referido hospital entrou com uma ação contra a Prefeitura de Aracaju

que não fosse feita tal aferição.

"Foi solicitado que nós pagássemos pelo serviço total do contrato, independente de ter sido realizada ou não a totalidade dos serviços. O caso está sendo reavaliado pela Justiça. Foi feita aferição de outubro e novembro, após avaliação, e isso já foi pago por nós. A única fatura que realmente ainda está em aberto é referente ao mês de dezembro por estar sendo objeto de medição agora, em virtude da decisão judicial. Não existe débito com o Hospital de Cirurgia que justifique ele estar parado em sua prestação de serviço para com a Saúde de Aracaju. Estamos buscando alternativas por entendermos que não se trata de uma simples briga, mas sim de vidas em jogo. Posso garantir que vamos tomar as medidas cabíveis quanto a isso", finalizou Luciano.

• O caso

Em 2014, o Hospital de Cirurgia entrou com uma ação contra a Prefeitura de Aracaju querendo que fosse feito o pagamento dos serviços na integralidade, sem qualquer medição ou avaliação. A Justiça, na época, autorizou o pagamento por dois ou três meses (aproximadamente). Depois a Justiça entendeu que fosse realizada a compensação dos valores, ou seja, a avaliação dos serviços. Isto é, comprovar se os serviços foram, de fato, prestados e se, assim fossem comprovados, seriam pagos pela Prefeitura de Aracaju. Uma Comissão Técnica está finalizando a avaliação. Os meses de outubro e novembro já foram avaliados, faltando apenas parte do mês de dezembro. Esta semana, o último mês será concluído. É importante ressaltar e acalmar a população que a Prefeitura de Aracaju não está de mãos atadas, mas, desde o início da crise, a equipe da Secretaria Municipal de Saúde tem tentado parcerias, tanto com o Hospital Universitário como com o Hospital São José e até com a Clínica Renascença.

Segundo a prefeitura, o que chama a atenção na decisão de requerer o bloqueio das contas da PMA pelo Ministério Público Estadual é que o gestor do Hospital de Cirurgia alega que a PMA deve R\$ 12 milhões, mas a assessora jurídica do Hospital, Marcela Philon, em audiência realizada no dia 13 de janeiro de 2015, disse não saber ao certo quanto o município de Aracaju devia ao